

O PT E O ESTADO CAPITALISTA: SINDICALISTAS PETISTAS SE TRANSFORMAM EM GESTORES DO CAPITAL FINANCEIRO

Os efeitos da burocratização do partido, provenientes de seus êxitos eleitorais, refletem-se na alteração do perfil dos militantes. Tomando por base três pesquisas¹ realizadas com militantes petistas, vamos encontrar dados alarmantes, principalmente, no tocante à renda individual.

Em 91, o índice de petistas que ganhavam até 1 salário mínimo era de 2,9% ; em 97, 2% e em 99, 3%. Portanto, não apresentou alterações. Já o índice dos que ganhavam até 2 salários mínimos caiu de 8,6%, em 91, para 4% e 3%, respectivamente, em 97 e 99. Também apresentou uma queda acentuada o índice dos que ganhavam de 2 a 5 salários mínimos, de 24,2%, em 91, para 14%, em 97, e apenas 9%, em 99. A próxima faixa, a dos que ganhavam de 5 a 10 salários mínimos, também apresentou queda, de 26,2%, em 91, para 19%, em 97, e 22%, em 99. Na faixa seguinte, dos que ganhavam de 10 a 20 salários mínimos, os percentuais deram um salto, de 14,9%, em 91, passaram para 27%, em 97, e 34%, em 99. Novamente, na faixa que ia de 20 a 50 salários mínimos, outro salto, de 6,2%, em 91, passaram para 23%, em 97, e 22%, em 99.

No tocante à composição dos congressos e encontros partidários, segundo as mesmas pesquisas, em 1991 o número de militantes politicamente profissionalizados pelo partido através da detenção de mandatos executivos ou legislativos, cargos de confiança no legislativo, executivo ou instâncias partidárias, e dirigentes sindicais liberados era de 28,8% do Congresso. Já em 1997 este número, acrescido de gestores de fundos de pensão e integrantes de empresas privatizadas, nas quais os fundos têm participação acionária, chegou a 60% dos delegados. Especula-se que esta cifra atingiu a 75% no Congresso de 1999, mas infelizmente estes dados não foram colocados à disposição para consultas externas.

Esta burocratização da camada de quadros dirigentes do partido, que se incrustaram nas instituições do regime, ocasionou uma mudança na composição social da direção do partido.

¹ CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político(1980/1991)/ Pesquisa Delegados PT – Gestão Venturi/ Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo – Pesquisa de Delegados PT, 1999.*

Gaglietti², em uma pesquisa realizada no Diretório Municipal de Porto Alegre, constatou que 60% dos dirigentes ocupavam cargos na Prefeitura ou na Câmara Municipal, 71,5% tinham uma renda individual entre 10 e 20 salários mínimos, e que 85% não participavam dos movimentos sociais.

A década de 90 assiste à ocupação de cargos dos dirigentes petistas não apenas nas instituições políticas do Estado, mas também em órgãos de gestão direta do capital financeiro, principalmente os dirigentes oriundos do movimento sindical, através das administrações de fundos de pensão, dos conselhos de administração das empresas onde estes fundos têm participação acionária, e nos próprios conselhos estatais de gestão de recursos dos trabalhadores como o FAT e o FGTS.

Esta constatação é feita por Witkoski, ainda que ele veja nisto algo inexorável:

“O projeto político petista parece não hospedar, no interior de sua população dirigente, uma classe operária/trabalhadora no sentido clássico do termo. Parece abrigar, e não poderia ser diferente diante do avanço modernizante do próprio capitalismo, uma diversa e complexa nova pequena burguesia.” (WITKOSKI, 2000, p.73).

Esta realidade vivida pelas camadas dirigentes do PT propiciava um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que na retórica o partido se colocava como oposição ao projeto neoliberal, na prática assumia o papel de sócio minoritário deste projeto.

Pretendo para jogar luz neste debate fazer a partir de agora um estudo de caso tomando como base a participação dos sindicalistas petistas na gestão da PREVI - CAIXA DE REVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.

Previ: um pequeno histórico

A PREVI é o maior fundo de pensão da América Latina, fechou o ano de 2012 com um patrimônio calculado em cerca de R\$ 165,3 bilhões³, mesmo após ter registrado perdas de R\$ 26,6 bilhões em 2008⁴ devido à crise econômica mundial. Cumpriu um

² GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Dacasa editora/Unicruz, Porto Alegre, 1999, p.36.

³ WWW.previ.com.br “Resultado 2012”

⁴ Ag. Reuters – 11/03/2009

papel relevante no processo de privatização das empresas estatais em nosso país ao longo da década de 90 e hoje integra o Conselho de Administração de diversas empresas, nomeando 226 conselheiros, dentre eles uma grande parcela oriunda do movimento sindical.

Nos anos 90 a entidade começou a adquirir a dimensão que hoje apresenta. Este crescimento experimentado pela PREVI, assim como por diversos fundos de pensão, transformava-os nas grandes reservas de poupança nacional, despertando o interesse do governo na sua utilização para grandes investimentos em infraestrutura, bem como nos processos de privatização que se anunciavam.

Granemann considera o argumento de que os fundos de pensão eram decisivos para a formação da poupança nacional um *“eufemismo para defender a transferência de recursos do mundo do trabalho para o financiamento do capital, quando a extração da mais-valia afigura-se insuficiente ao financiamento da expansão e modernização das empresas”*⁵.

E foi esse espírito que norteou a Lei 8.018, de 11/4/1990. Ela tornava obrigatório para os diversos fundos de pensão a compra dos Certificados de Privatização – novos títulos públicos criados para venda exclusiva a estas entidades, com o objetivo de permitir o adiantamento de recursos ao governo, garantindo supostamente aos fundos melhores posições em futuros processos de privatização. Esta determinação foi reafirmada pela Medida Provisória 294, de 31 de janeiro de 1991.

A entidade alcançou grande prosperidade nos primeiros anos da década de 90, obtendo lucros tanto com títulos de renda fixa, quanto em operações com associados (financiamento imobiliário e empréstimo simples). Em 1991 a PREVI já contava com o maior portfólio de ações do mercado brasileiro.

A posição de destaque assumida pela instituição no mercado de ações culminou com a participação da entidade no processo de privatização da USIMINAS, a lucrativa siderúrgica mineira, em 1991, ocasião em que adquiriu 14,94% do seu capital votante. Esta participação permitiu-lhe a indicação de representante para o Conselho de administração da companhia privatizada.

⁵ GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.

Para a nossa pesquisa dois fatos de extrema relevância têm de ser destacados: 1- a decisão de participação neste leilão foi por unanimidade, e já nesta época os sindicalistas do PT já tinham uma participação, ainda que pequena, na diretoria da entidade, portanto corroborando esta política e 2 - contraditoriamente os sindicalistas ligados ao PT e a CUT organizaram grandes manifestações de protesto contra o leilão.

A mesma contradição veio se dar em outros processos de privatização. Nos leilões da ACESITA – Companhia de Aços Especiais de Itabira, em 1992. Além de conseguir 15% do capital votante e assim obter o direito de voto no Conselho de Administração, como ocorria na USIMINAS, conseguiu, pela primeira vez, liderar um acordo de acionistas, o qual elegeu a Diretoria da empresa. A entidade passou a exercer, então, significativa liderança, junto aos demais fundos de pensão, nos processos de privatização.

Em dezembro de 1994, a entidade integrou com sucesso o consórcio vitorioso no leilão de privatização da EMBRAER, que envolveu 60% do capital votante da empresa (individualmente, a participação da entidade alcançou o percentual de 10,4% do capital votante), permitindo-lhe mais uma vez a implementação do modelo da “administração compartilhada”. Naquele ano, a Carteira de investimentos da PREVI já contava com ações das cem principais empresas de capital aberto do país, o que a transformava numa instituição de grande vulto, estratégica mesmo para a economia brasileira.

O sindicalismo petista muda de posição diante do neoliberalismo.

O ano de 1997 é marcado por dois grandes eventos que propiciam uma grande divisão no seio do movimento sindical cutista. Logo no início do ano se dá a privatização da poderosa Companhia Vale do Rio Doce, com destacada participação da PREVI e no meio do ano a reforma estatutária que ampliaria os poderes dos dirigentes eleitos na gestão da entidade.

Por ocasião da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o movimento social organizou fortes manifestações de protesto em frente ao prédio da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, nas quais a palavra de ordem mais cantada pelos manifestantes era: “*Ah! a Vale é nossa!*”. Acorreram ao Rio de Janeiro caravanas das mais distintas localidades do território nacional. Artistas populares, como Beth

Carvalho, fizeram questão de marcar a presença na luta em defesa da soberania nacional. Foram quase três dias de batalhas judiciais, com liminares suspendendo e autorizando o leilão. E o povo trabalhador lá, numa vigília cívica, sem arredar o pé. No palanque da resistência estava presente toda a direção da CUT, desde seu presidente Jair Meneguelli, um dos principais quadros da Articulação Sindical, aos demais representantes das correntes minoritárias tais como José Maria de Almeida e o autor desta tese, do PSTU, e Durval de Carvalho da esquerda petista.

Mas algo de muito estranho se passava, a PREVI estava no centro do processo de privatização da Vale, integrando o consórcio que viria vencer a disputa, a partir de uma decisão unânime de seus dirigentes. A se destacar que dentre eles havia um dirigente oriundo do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Arlindo Magno, e outro oriundo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Antonio Nogueirol, ambos pertencentes a Articulação. Após muitas idas e vindas, por fim, a Vale foi privatizada.

Cada vez mais a atuação da PREVI no mercado corroborava a posição de Granemann sobre o verdadeiro papel da previdência privada:

- “1. A ‘previdência privada’ é uma forma privilegiada de realização do capital portador de juros nos dias atuais;
2. A prevalência da ‘previdência privada’ é a de se realizar como capital e somente em alguns casos como ‘produto’ secundário na proteção ao envelhecimento;
3. A ‘previdência privada’ não é uma expressão da luta do trabalho contra o capital por melhores condições de vida e trabalho e por proteção na velhice; é, ao contrário, uma estratégia do capital para alargar a acumulação e assim, a exploração do mundo do trabalho. (razões econômicas e financeiras).
4. A ‘previdência privada’ ao financeirizar as lutas e os direitos da classe trabalhadora contribui para o aprofundamento da alienação de frações da classe dos trabalhadores e reforça a ‘aristocracia operário-trabalhadora’ que passa a administrar ‘partes do ‘capital financeiro’”.
5. O encolhimento da previdência pública pela transferência de trabalhadores para a ‘previdência privada’ leva à redução e ao desmonte das políticas públicas.

6. *Os trabalhadores contribuem com salário para a formação do capital portador de juros posto que os investimentos da ‘previdência privada’ privilegiam e patrocinam a hipertrofia do capital em sua dimensão fictícia com acento na especulação*”.⁶

A luta pelo poder

Em 1998, pela primeira vez, em razão de mudanças estatutárias, os diretores eleitos pelos associados passariam a exercer funções de caráter executivo, adquirindo o poder de decidir de fato sobre os rumos da entidade. A chapa da Articulação Sindical, que representava a situação, foi derrotada, saindo vitoriosa a chapa “Pluralidade & Transparência” que era integrada pela DS, pela Força Socialista e por algumas entidades associativas dos funcionários do BB (ANABB,AAFBB) e, também, pelo então representante dos funcionários no Conselho de Administração do BB, Fernando Amaral. Ela era encabeçada por Henrique Pizzolato.

Em 2000, de 15 a 23 de maio, se daria o segundo pleito em base aos novos estatutos. Dessa vez seriam eleitos os diretores de Participações e de Planejamento.

A chapa vitoriosa, “Unidade em Defesa da PREVI”, era formada pela Articulação Sindical, a DS e a Corrente Sindical Classista (Pc do B), que conformavam o chamado Bloco Majoritário na CUT. Foram eleitos, Sergio Ricardo da Silva Rosa, presidente da CNB-CUT e diretor do sindicato dos Bancários de São Paulo, para a diretoria de Participações, e Erik Persson, diretor da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, para a diretoria de Planejamento. Erik, na ocasião pertencia à DS, mais tarde veio integrar-se à Articulação.

Desde 2000 aos dias atuais a PREVI passou por várias modificações, dentre elas duas intervenções, e a principal delas: com a vitória de Lula, integrantes da Articulação Sindical que ao longo da década de 90 participavam das diretorias da PREVI como representantes eleitos pelos funcionários, agora se tornaram membros indicados pela Direção da empresa. O caso mais notório é o de Sergio Rosa, até recentemente presidente da PREVI, nomeado pela diretoria do BB.

⁶GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.

Do nosso ponto de vista o que ocorreu com a vitória de Lula é que o PT deixou de ser o sócio minoritário na implementação do projeto neoliberal e passou a ser o majoritário.

Enquanto os funcionários do BB amargavam sete anos sem reajuste, com salários pauperizados e um decréscimo brutal no nível de vida, chocava a realidade nababesca em que viviam os dirigentes da PREVI e, também, os sindicalistas indicados para integrar os Conselhos de administração das empresas participadas.

Na edição de 09/12/01 o JORNAL DO BRASIL veiculou matéria em que dizia que os Conselheiros Deliberativos da PREVI tinham votado contra a proposta de estabelecimento de um teto para a remuneração dos dirigentes da **PREVI**.

Em edição especial do Boletim Previ, a Diretoria Executiva se apressou a esclarecer sobre seus rendimentos:

“O Conselho Deliberativo da PREVI aprovou, em novembro de 2001, a aplicação para os dirigentes da PREVI da nova sistemática salarial adotada pelo Banco do Brasil. Com isso, o teto do salário do presidente da PREVI passou de R\$ 8.000,00 para R\$ 15.500,00 e o dos diretores de R\$ 7.500,00 para R\$ 13.000,00. Além do salário, os dirigentes da PREVI têm direito a auxílio-moradia no valor de R\$ 2.500,00 e, a exemplo de outros executivos do Banco, a verba-representação de R\$ 1.000,00 para os diretores e R\$ 2.000,00 para o presidente. Pela nova regra, da mesma forma que os executivos do Banco, os dirigentes da PREVI que participem de conselhos de empresa só podem receber destas a remuneração máxima de R\$ 1.785,69.

... Na matéria, os jornalistas adicionam ao salário pago pela PREVI a remuneração que os dirigentes recebem em função de responsabilidades decorrentes de sua participação em conselhos de administração de sociedades anônimas. Essa remuneração não é paga pela PREVI e, portanto, não pode ser considerada salário.

...Os conselheiros têm responsabilidades legalmente estabelecidas pelos cargos que ocupam nas empresas. O exercício da função exige leitura de relatórios, discussão de estratégias corporativas, análise de investimentos, votação de contas e uma série de outras responsabilidades pelas quais o conselheiro responde pessoalmente – inclusive com seu patrimônio – perante os acionistas das diversas companhias.

...É por esse trabalho que as empresas remuneram seus conselheiros. Portanto, é equivocado considerar essa remuneração como sendo parte do salário pago pela

PREVI a seus dirigentes. A remuneração que os conselheiros recebem é paga pelas empresas de acordo com suas próprias políticas, não tendo a PREVI poder de decisão isolado sobre o assunto.

...Por se tratar de relação entre conselheiro e empresa privada, a PREVI não tem o direito de divulgar as remunerações.”⁷

. Estes ex-sindicalistas vivem uma realidade completamente diferente da realidade de sua classe social, uma vez que são trabalhadores, no caso da PREVI, bancários. No dizer de Granemann “A ‘previdência privada’ ao financeirizar as lutas e os direitos da classe trabalhadora contribui para o aprofundamento da alienação de frações da classe dos trabalhadores e reforça a ‘aristocracia operário-trabalhadora’ que passa a administrar ‘partes do ‘capital financeiro’”⁸.

È justamente esta questão que queremos debater a partir de agora. A PREVI tem o direito de indicar centenas de conselheiros, titulares e suplentes, para Conselhos de Administração e Conselhos Fiscais nas empresas onde tem participação acionária. Dentre eles dezenas são oriundos do movimento sindical.

Mas afinal o que são ou representam estas pessoas: uma nova classe social, uma nova pequeno-burguesia, uma nova burocracia? Na PREVI, apesar de em suas teses defenderem como um dos critérios básicos para a participação, quer seja nas privatizadas ou nas participadas, a não promoção de desemprego, chega a ser patético quando todas sabem que em todas as empresas que foram privatizadas se promoveu processos de reestruturação produtiva que levou ao desemprego milhares de trabalhadores, achatamento salarial, precarização do trabalho e fragmentação da organização sindical. Só para citar alguns exemplos notórios: no setor siderúrgico (CSN, ACESITA, USIMINAS), EMBRAER, CVRD e nas empresas de telecomunicações.

Alguns autores começam a aprofundar a discussão sobre este fenômeno. Oliveira em seu artigo *O Ornitorrinco* fala do surgimento de uma nova classe social:

⁷ Boletim PREVI. Informativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Edição Especial.

⁸ GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.

“A estrutura de classes também foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de “analistas simbólicos”: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o PREVI, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal: fazem parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) – o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operado no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego” (OLIVEIRA, 2003, p. 146).

Oliveira se baseia em sua análise de surgimento de uma nova classe social para explicar as convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB;

“... o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina”. (OLIVEIRA, 2003, p. 147).

Oliveira afirma que a “nova classe” se forma exatamente num novo consenso sobre Estado e mercado sustentado pela formação universitária que recebeu: o núcleo formulador das políticas de FHC proveio da PUC-RJ e os petistas estudaram na Escola de Administração de Empresas da FGV em São Paulo.

Iasi polemiza com Oliveira acreditando não se tratar de uma “nova classe”, mas sim de uma tradicional pequena burguesia.

Concordamos com Iasi no tocante a negar o surgimento de uma “nova classe”, mas reivindicando Trotsky, que está mais próximo do nosso horizonte teórico, entendemos tratar-se de algo que vá além da velha pequena burguesia, trata-se de uma

burocracia defensora com “unhas e dentes” de seus privilégios materiais, mas que depende de estar no poder, para a manutenção desses privilégios.

Estes burocratas se subordinam a esta lógica que Kurz chama de “capitalismo-cassino” cuja filosofia, segundo ele é o “*shareholder value*”:

“Mas o que é afinal o “shareholder value”? O primeiro mandamento dessa nova ética filosófica da administração prescreve: “Não terá nenhum outro Deus senão teu acionista”. “Shareholder value” significa, portanto uma raivosa defesa dos interesses acionários por parte da política comercial das sociedades empresariais. Isto seria como nos fazem ver os bancos de investimento, um movimento “back to the roots”, isto é, de volta à tarefa original da administração de propiciar ganhos máximos aos acionistas. Por demasiado tempo este mandamento ético da economia teia sido encoberto pelos “interesses de grupos sociais” (sindicatos, políticos, etc...). Em nome do “shareholder value” são portanto celebradas orgias de demissões em massa e redução de custos, para extorquir a um mínimo de empregados um máximo de produção e mandar às favas as conseqüências sociais. A maximização de lucros sempre foi o objetivo, só que agora se trata de uma crescente radicalização dessa vontade contra todos os interesses dentro da sociedade capitalista. Nesse sentido, o projeto do “shareholder value” corresponde à radicalização do limitado ponto de vista econômico sob a égide da globalização do capital. A vida humana como um todo, o conjunto dos compromissos sociais, o restante da cultura e até mesmo os interesses da burocracia estatal devem subordinar-se à “produção de rendas atraentes para os acionistas” e, caso necessário, ser imolados nesse altar. A humanidade, a par de seu ambiente natural, é mantida como refém dos grandes acionistas privados.” (KURZ, 1997. p. 216)

Um bom exemplo disso foi a declaração de Sergio Rosa justificando as demissões de 4.200 trabalhadores implementadas em fevereiro de 2009 pela EMBRAER, empresa onde a PREVI participa do controle acionário, como “*ajustes necessário*”⁹ para lidar com a nova realidade da economia mundial.

Para Leon Trotsky, em sua análise do Estado soviético, a burocracia assumiu um papel semelhante ao de uma classe social por dirigir um Estado, transformando-se, segundo aquele autor, numa casta. Por seu lado, a burocracia petista chegou ao governo federal, e mesmo antes disso a governos estaduais e municipais, bem como a

⁹ Correio Braziliense – 12/03/2009.

instituições de gestão do capital financeiro, notadamente os fundos de pensão, que cumpriram papel determinante no cenário econômico do país, ao longo da década de 90 e até hoje, ocupando um sem-número de cargos.

Ressalvada a distinção de natureza entre o estado soviético e o brasileiro, podemos dizer que, a exemplo do que aconteceu com a burocracia soviética, a burocracia petista hoje defende seus interesses com “unhas e dentes”: seus empregos, salários e prestígio. Isto faz com que se consolide no PT seu distanciamento da base, *como dizia Trotsky; “a burocracia assemelha-se a todas as castas dirigentes pelo fato de se encontrar sempre pronta a cerrar os olhos perante os mais grosseiros erros dos seus chefes em política geral se, em contrapartida, estes lhe forem absolutamente fiéis na defesa dos seus privilégios.”* (TROTSKY, 1976, p.269)

No mesmo sentido, assevera Gramsci, ao comentar o papel do partido nos momentos de crise de hegemonia da classe dirigente:

“Ao analisar-se o desenvolvimento dos partidos é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido. A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a constituir um corpo solidário, voltado para si e independente da massa, o partido acaba se tornando anacrônico, e nos momentos de crise aguda é esvaziado do seu conteúdo social e permanece como que solto no ar” (GRAMSCI, 1989, p.56).

As mudanças advindas deste processo de burocratização acarretam uma grande alteração no ideário teórico-programático e na própria *práxis* do partido, passando-o de um partido de confronto com a ordem neoliberal para um partido de sustentação desta mesma ordem.

BIBLIOGRAFIA

BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis (coord.). *Da Caixa Montepio à PREVI: 100 anos do maior fundo de pensão da América Latina*, Memória Brasil, 2004.

BETTO, Frei. *A mosca azul: reflexões sobre o poder*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 2006.

BRAGA, Ruy. *Velhas ideologias para a “Nova esquerda”: Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo*. In: Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n 2, 1998.

CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT; a contemporaneidade possível. Base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2002.

COELHO, Eurelino. *UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

DEMIER, Felipe (coord.). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2003.

FILGUEIRAS, Luis. *Reestruturação Produtiva e Emprego Bancário*. In: GOMES, Alvaro (org.). *O Trabalho no Século XXI*. Anita Garibaldi, São Paulo – Sindicato dos Bancários da Bahia, Salvador, 2001.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre, Dacasa Editora/Unicruz, 1999.

GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, *Mimeo*, 2000.

GARCIA, Cyro. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da “previdência privada”*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, 2006.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe-O PT entre a negação e o consentimento*, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2006.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1997.

LEAL, Paulo Roberto F. *Os debates petistas no final dos anos 90*. Rio de Janeiro, Sotese, 2004, p.55

- MACIEL, David e FARIA, Paulo. *Crise do capital, dominação burguesa e alternativa dos trabalhadores*. In. *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Sindicato dos Eletricitários de Brasília, Brasília, 1996.
- MARX, Karl. *Carta de Marx a Bolte. Londres, 29/11/1871, in Marx-Engels, Correspondência*. E. da Cultura Popular, México, p. 405 Apud. ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. Brasil Urgente, São Paulo, 1991. p. 25
- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. In: *Obras Escolhidas*. Alfa Omega, São Paulo.
- MARX, Karl. *Sindicalismo*. Ched, São Paulo, 1980.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MORA, Eliane Arenas. *Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos públicos*. In: Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n 6, 2002..
- NOVAES, Carlos A Marques. *PT: dilemas da burocratização*. *Novos Estudos CEBRAP*, nº35, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia Das Letras, 1991.
- SADER, Emir. *O PODER, CADÊ O PODER? Ensaios para uma nova esquerda*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.
- SOARES, José de Lima. *O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias*. Fortium, Brasília, 2005.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Lisboa, Antídoto, 1976.
- WEFFORT, Francisco. *A Segunda Revolução Democrática*. *Folha de São Paulo*, 04/10/94, caderno especial, p. A 2.
- WITKOSKI, Antonio Carlos. *Diversidade intelectual e cultura política: abordagem gramsciana da pedagogia petista*. São Paulo, Annablume Editora, 2000.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL